

Maratona Fiscal ISS – Legislação tributária municipal

1. Uma determinada pessoa é possuidora direta de um imóvel, localizado na zona urbana do município de São Paulo, cuja edificação se encontra em ruínas. Em relação ao referido imóvel, essa pessoa

- (A) é contribuinte do imposto predial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
- (B) é contribuinte do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
- (C) não é contribuinte nem do imposto predial, nem do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esse tributo.
- (D) é contribuinte tanto do imposto predial, como do imposto territorial, porque a condição de possuidor direto do imóvel não descaracteriza sua sujeição passiva em relação a esses tributos.
- (E) não é o contribuinte do imposto predial nem do imposto territorial, porque esses impostos não incidem sobre imóvel em que haja uma edificação em ruínas.

2. Uma determinada entidade religiosa instalou um convento em um imóvel urbano, recebido em comodato, e que se localiza no município de São Paulo. Relativamente a esse imóvel, há

- (A) imunidade constitucional em relação ao imposto predial.
- (B) imunidade constitucional em relação ao imposto territorial.
- (C) imunidade constitucional tanto em relação ao imposto predial como em relação ao imposto territorial.
- (D) imunidade constitucional em relação ao imposto predial e ao imposto territorial somente se o convento estiver instalado em imóvel próprio, pertencente à entidade religiosa.
- (E) isenção do imposto predial.

3. Em um determinado quarteirão, localizado em zona urbana do município de São Paulo, foram encontrados três imóveis com as seguintes características: um terreno com uma obra paralisada, um terreno com uma obra em fase avançada de construção e um terreno com uma edificação concluída, mas condenada. Em relação a esses três imóveis incidem, respectivamente,

- (A) imposto territorial, imposto predial e imposto predial.
- (B) imposto territorial, imposto territorial e imposto predial.
- (C) imposto territorial, imposto territorial e imposto territorial.
- (D) imposto predial, imposto predial e imposto predial.
- (E) imposto predial, imposto territorial e imposto predial.

4. Um determinado terreno, com edificação, localiza-se na parte interna de um quarteirão do município de São Paulo. Como esse terreno não tem comunicação com a via pública, os seus moradores têm de passar pelo fundo dos imóveis vizinhos para chegar até essa via pública.

Relativamente aos Impostos Predial e Territorial Urbanos, o imóvel em questão é considerado terreno

- (A) encravado.
- (B) prejudicado.
- (C) sem saída.
- (D) de fundo.
- (E) interno.

5. A obrigação que algumas pessoas físicas ou jurídicas têm de informar à Administração Tributária municipal de São Paulo, na forma prevista em regulamento, a ocorrência de venda e locação de unidades imobiliárias, bem como a intermediação dessas atividades, é satisfeita com a

- (A) formalização da Inscrição Imobiliária.
- (B) entrega de cópia da Declaração de Rendimentos que foi apresentada à Secretaria da Receita Federal.
- (C) exibição de Certidão de Regularidade Fiscal.
- (D) entrega da Declaração de Atividades Imobiliárias.
- (E) apresentação da Certidão Negativa de Débitos municipais.

6. Uma determinada entidade de classe formulou consulta sobre dispositivos da legislação municipal, aplicáveis a fatos determinados e, em razão disso, alguns dos contribuintes filiados a essa entidade entenderam que estaria suspenso o prazo para recolhimento do tributo relacionado com a consulta formulada.

O entendimento adotado por esses contribuintes está

- (A) correto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende o prazo para recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.
- (B) correto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende, por, no máximo, 60 dias, o prazo para recolhimento do tributo.
- (C) incorreto, pois a formulação de consulta de sujeito passivo da obrigação tributária ou pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais não suspende, em nenhuma hipótese, o prazo para recolhimento do tributo.
- (D) incorreto, pois a formulação de consulta pelo sujeito passivo da obrigação tributária, bem como pelas entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, suspende apenas o prazo para o cumprimento de obrigações acessórias a que esteja sujeito o consulente ou seus filiados.
- (E) incorreto, pois a formulação de consulta somente pelo sujeito passivo da obrigação tributária suspende o prazo de recolhimento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

7. “A”, pessoa idosa, com 74 anos de idade, é proprietário de diversos imóveis, todos localizados no município de São Paulo. Em 2006, decidiu dar o seguinte destino a três desses imóveis:

I. vendeu uma casa para seu irmão “B”, de 72 anos de idade, por R\$ 160.000,00;

II. fez a doação de um apartamento, cujo valor venal é de R\$ 155.000,00, para seu irmão “C”, de 71 anos de idade;

III. efetuou uma permuta de imóveis, com o irmão “D”, de 67 anos de idade, oferecendo um terreno de sua propriedade, com valor venal de R\$ 190.000,00, e recebendo um galpão, com o mesmo valor venal.

Em relação ao Imposto *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal, é correto afirmar que

(A) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I e II, pelo fato de o irmão “B” e de o irmão “C” terem mais de 70 anos de idade e que a tributação é normal na transmissão III, porque o irmão “D” tem menos de 70 anos.

(B) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I, II e III, pelo fato de os irmãos “B”, “C” e “D” terem mais de 65 anos de idade.

(C) existe isenção do ITBI em relação às transmissões I, II e III, pelo fato de que “A”, proprietário dos imóveis e contribuinte do ITBI, tem mais de 70 anos de idade.

(D) a tributação é normal nas transmissões I e III, mas não o é na transmissão II, porque doações

não estão sujeitas ao ITBI.

(E) a tributação é normal nas transmissões I e II, mas não o é na transmissão III, porque a permuta de imóveis de valores venais idênticos não proporcionou aumento patrimonial para “A”.

8. São contribuintes do Imposto *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal, na compra e venda de imóveis e na cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda, respectivamente, o

(A) adquirente e o cedente.

(B) vendedor, quando o adquirente é menor de idade, e o cedente.

(C) adquirente e o cessionário.

(D) vendedor e o cessionário.

(E) vendedor e o cedente.

9. Um casal acaba de adquirir imóvel novo, localizado no município de São Paulo, pelo valor de R\$ 150.000,00, sendo que, desse total, R\$ 40.000,00 foram pagos com as economias formadas pelo casal e os R\$ 110.000,00 restantes foram pagos com recursos obtidos por meio de financiamento no Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

O valor do Imposto *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal,

(A) não é devido nessa transmissão, em face da isenção que beneficia a primeira aquisição de unidades habitacionais financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

(B) é devido no montante de R\$ 2.358,00.

- (C) é devido no montante de R\$ 750,00.
- (D) é devido no montante de R\$ 214,00.
- (E) é devido no montante de R\$ 3.000,00.

10. Uma pessoa solteira adquiriu um imóvel novo, localizado no município de São Paulo, pelo valor de R\$ 70.000,00, sendo que, desse total, R\$ 45.000,00 foram pagos com economias próprias e os R\$ 25.000,00, restantes, foram pagos com recursos obtidos por meio de financiamento junto ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

O valor do Imposto Inter Vivos de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles – ITBI, de competência municipal,

- (A) não é devido nessa transmissão, em face da isenção que beneficia as transmissões de bens cujo valor financiado seja igual ou inferior a R\$ 30.000,00, na data do fato gerador, quando o contribuinte é pessoa física.
- (B) é devido no montante de R\$ 350,00.
- (C) é devido no montante de R\$ 758,00.
- (D) é devido no montante de R\$ 1.025,00.
- (E) é devido no montante de R\$ 1.400,00.

11. O filho de “A” permaneceu internado em hospital particular, localizado no município de São Paulo, pelo período de uma semana. Por ocasião do fechamento da conta hospitalar, depois de o paciente ter recebido alta, foram-lhe entregues duas Notas Fiscais (NF), sendo uma relativa à prestação dos serviços hospitalares, com incidência do ISS, e a outra referente ao fornecimento dos medicamentos utilizados na prestação de serviços hospitalares, com incidência do ICMS.

Quanto à emissão desses documentos fiscais, é correto afirmar que, relativamente à prestação de serviços hospitalares, está

- (A) correta a emissão de NF com incidência do ISS, mas está incorreta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento, em razão da prestação de serviços hospitalares, também está sujeito à incidência do ISS.
- (B) correta a emissão de NF com incidência do ISS, bem como está correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento, ainda que promovido em razão da prestação de serviços hospitalares, é sujeito à incidência do ICMS.
- (C) incorreta a emissão de NF com incidência do ISS, pois quando existe fornecimento de mercadorias juntamente com prestação de serviço, previsto na lista de serviços anexa à Lei Complementar federal 116/03, de 31 de julho de 2003 (art. 126 do Anexo Único a que se refere o art. 1º do Decreto no 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”), tanto a mercadoria como o serviço se sujeitam ao ICMS. Está correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, pois esse fornecimento é sempre sujeito à incidência do ICMS.
- (D) incorreta a emissão de NF com incidência do ISS, pois esse serviço não consta da lista de serviços anexa à Lei Complementar federal 116/03, de 31 de

julho de 2003 (art. 126 do Anexo Único a que se refere o art. 1o do Decreto no 47.006, de 16 de fevereiro de 2006 – “Consolidação da Legislação do Município de São Paulo”), razão pela qual resulta correta a emissão de NF, com incidência do ICMS, relativamente aos medicamentos fornecidos, uma vez que, à míngua de menção expressa de um determinado serviço na referida lista, esse fornecimento fica sujeito à incidência do ICMS.

(E) incorreta a emissão da NF, bem como em relação aos medicamentos fornecidos, pois a prestação de serviços hospitalares, incluídos os medicamentos utilizados nesta prestação, é imune à tributação municipal e estadual.

12. Sujeita-se à incidência do ISS a

(A) prestação de serviço de hospedagem, em hotéis, e a alimentação fornecida em razão dessa hospedagem, ainda quando não-incluída no preço da diária.

(B) execução, por administração, de obras de construção civil e o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local de prestação dos serviços.

(C) prestação de serviço de bufê (*buffet*) e o fornecimento da alimentação e das bebidas necessárias à prestação desse serviço, quando esse fornecimento for cobrado concomitantemente com a prestação de serviço.

(D) prestação de qualquer tipo de serviço de alfaiataria e costura para empresa que vai comercializar as peças de vestuário objeto da prestação de serviços.

(E) prestação de serviço de funeral e o respectivo fornecimento de caixões, urnas ou esquifes.

13. Considere as seguintes situações:

I. uma empresa de demolição, com estabelecimento único, situado no município de São Paulo, prestou serviços de demolição no município de Santos.

II. uma empresa de execução de serviços de decoração e jardinagem, com estabelecimento único, situado no município de Mairiporã, prestou serviços no município de São Paulo.

III. uma empresa de organização de festas e recepções (bufê ou *buffet*), com estabelecimento único, situado no município de São Paulo, prestou serviços no município de Campinas.

IV. uma empresa de dedetização, com estabelecimento único, situado no município de Poá, prestou serviços no município de São Paulo.

Considerando as prestações de serviços descritas, o ISS é devido ao município de São Paulo APENAS nas situações

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

14. Uma determinada oficina mecânica, localizada no município de São Paulo, prestadora de vários tipos de serviços nesse segmento de atividade

econômica, decidiu, a partir de maio de 2006, realizar a seguinte promoção para a sua clientela:

I. os serviços de recondicionamento de motores passaram a gozar de um desconto incondicional de 20%, inclusive sobre as peças e partes empregadas na prestação desse serviço;

II. os serviços de funilaria e lanternagem passaram a gozar de um desconto de 30%, condicionado, porém, ao seu pagamento à vista.

Um cliente dessa oficina mecânica resolveu aproveitar a “onda de promoções” e contratou tanto a prestação de serviço de recondicionamento como a prestação de serviço de funilaria para seu veículo.

Concluído o trabalho, foi-lhe apresentada a conta abaixo representada:

RECONDICIONAMENTO	
1) Serviços (sem cômputo do desconto)	R\$ 1.500,00
2) Peças e partes empregadas (sem cômputo do desconto)	R\$ 500,00
Subtotal	R\$ 2.000,00
FUNILARIA	
3) funilaria (sem cômputo do desconto)	R\$ 1.000,00
Total	R\$ 3.000,00

• O cliente pagou toda a conta à vista, para beneficiar-se do desconto de 30% sobre a parte de funilaria.

• Total da conta, com os descontos: R\$ 2.300,00.

Diante dessas informações, o valor do ISS a ser pago pela oficina, considerando uma alíquota de ISS de 5%, é

- (A) R\$ 95,00
- (B) R\$ 110,00
- (C) R\$ 115,00
- (D) R\$ 130,00
- (E) R\$ 150,00

15. Fica excluído do regime da microempresa o contribuinte

- (A) que se constituir sob a forma de sociedade limitada.
- (B) cujo sócio seja acionista minoritário de uma companhia de capital aberto.
- (C) que contar com cinco pessoas, incluindo os sócios, empregados ou autônomos, envolvidos na atividade.
- (D) que prestarem quaisquer tipos de serviços em *shopping centers* ou em locais de alto padrão de consumo.
- (E) que prestar serviço de publicidade e propaganda.

GABARITO

- 1- B
- 2- E
- 3- C
- 4- A
- 5- D
- 6- C
- 7- D
- 8- A
- 9- B
- 10- D
- 11- A
- 12- E
- 13- C
- 14- B
- 15- E